Energias Eólicas do Ceará S.A.

Demonstrações Contábeis
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Orestes Guimarães, 538,
6º andar, salas 602, 603 e 604
89204-060 - Joinville - SC
Brasil

Tel.: + 55 (47) 3025-5155
Fax: + 55 (47) 3328-5155
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Energias Eólicas do Ceará S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Energias Eólicas do Ceará S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Energias Eólicas do Ceará S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Deloitte.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 25 de abril de 2022

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” SC

Fernando de S. Leite
Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

2022CB013659

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

ENERGIAS EÓLICAS DO CEARÁ S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

CNPJ n° 09.265.531/0001-80
NIRE n° 42 3 0004186-6
Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064, Parte - Agronômica - Florianópolis - SC - CEP 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Energias Eólicas do Ceará S.A. ("EEC" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2021. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia é uma *holding* responsável pela exploração de quatro projetos eólicos no Estado do Ceará (CE): Central Eólica Estrela (Estrela), Central Eólica Cacimbas (Cacimbas), Central Eólica Santa Mônica – (Santa Monica) e Central Eólica Ouro Verde (Ouro Verde) que, em conjunto com outras 4 centrais eólicas, formam o Conjunto Eólico Trairi.

Energias Eólicas do Ceará	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MWm)
Central Eólica Estrela	29,7	14,0
Central Eólica Cacimbas	18,9	10,2
Central Eólica Santa Monica	18,9	9,0
Central Eólica Ouro Verde	29,7	13,2
TOTAL	**97,2**	**46,4**

A EEC não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A., que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado no Conjunto Eólico.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da Companhia pertence à ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda., uma *holding* controlada pela ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a ENGIE Brasil Energia é uma plataforma de investimento em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração, comercialização, *trading* e transmissão de energia. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG, em conjunto com outros sócios.

3. Ambiente Macroeconômico

O segundo ano da pandemia da Covid-19 foi, em linhas gerais, marcado pela recuperação do crescimento econômico e alta inflação – uma constante observada no Brasil e no mundo. O Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento de 4,6%, a alta praticamente compensa o decréscimo de 4,1% observado em 2020.

A atividade econômica brasileira iniciou uma recuperação, ainda que ligeiramente abaixo da esperada. A inflação elevada, com pior resultado desde 2015, gerou impacto sobre o crescimento, com a deterioração do poder de compra das famílias. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 10,1%, enquanto o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) registrou, no acumulado do ano, 10,2%.

As incertezas trazidas pela pandemia e seus desdobramentos também influenciaram o mercado financeiro. A taxa básica de juros (Selic) atingiu 9,2%, alta de 7,2 p.p. no ano, enquanto o dólar (Ptax) bateu a marca de R$ 5,58 – a moeda americana estava cotada em R$ 5,19 ao fim de 2020.

4. Desempenho Operacional

a) Central Eólica Estrela

Em 2021, a geração total bruta de Estrela alcançou 109,9 GWh, 13,7% acima da geração obtida em 2020, que foi de 96,6 GWh.

O índice de disponibilidade, considerando-se as paradas programadas, atingido no ano em análise foi de 90,9%, 0,3 p.p. superior à obtida em 2020, que foi de 90,6%.

b) Central Eólica Cacimbas

Em 2021, a geração total bruta de Cacimbas alcançou 78,5 GWh, 7,5% superior à geração verificada em 2020, que foi de 73,0 GWh.

O índice de disponibilidade, considerando-se as paradas programadas, atingido no ano em análise foi de 85,8%, 9,0 p.p. inferior ao verificado em 2020, que foi de 94,8%.

c) Central Eólica Santa Monica

Em 2021, a geração total bruta de Santa Monica alcançou 66,3 GWh, inferior em 1,7% à geração verificada em 2020, que foi de 67,4 GWh.

O índice de disponibilidade, considerando-se as paradas programadas, atingido no ano em análise foi de 76,9%, 15,1 p.p. inferior à verificada em 2020, que foi de 92,0%.

d) Central Eólica Ouro Verde

Em 2021, a geração total bruta de Ouro Verde alcançou 108,4 GWh, 28,0%. superior à geração verificada em 2020, que foi de 84,7 GWh.

O índice de disponibilidade, considerando-se as paradas programadas, atingido no ano em análise foi de 89,9% 2,3 p.p. superior à obtida em 2020, que foi de 87,5%.

5. Desempenho Econômico-financeiro

a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	2021	2020	Variação %
Receita operacional líquida	82.921	70.269	18,0
Lucro bruto	37.311	29.045	28,5
Margem bruta	45,0%	41,3%	3,7 p.p.
Resultado do serviço (Ebit)	36.557	27.795	31,5
Ebitda (Lajida)	57.527	48.760	18,0
Margem Ebitda (Lajida)	69,4%	69,4%	0,0 p.p.
Resultado financeiro	(24.548)	(22.517)	9,0
Lucro líquido do exercício	8.592	2.664	222,5

b) Comentários sobre o desempenho econômico-financeiro

O aumento no Ebitda apresentado deve-se, principalmente: (i) as reduções do mecanismo de ressarcimento previsto nos contratos de energia elétrica firmados no ACR; e (ii) aumento dos preços de energia ocorrido no ano de 2021. O lucro seguiu os mesmos efeitos, atenuado por uma maior despesa financeira.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2021.

8. Agradecimentos

A Administração da EEC agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2021.

A Administração

ENERGIAS EÓLICAS DO CEARÁ S.A.

CNPJ N° 09.265.531/0001-80 | NIRE N° 42 3 0004186-6

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

ATIVO					
		Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.958	2.851	45.050	75.386
Contas a receber de clientes	5	-	-	14.236	22.264
Dividendos a receber	7	1.253	420	-	-
Créditos fiscais a recuperar		12	14	86	383
Outros ativos circulantes		-	41	1.134	1.220
		4.223	**3.326**	**60.506**	**99.253**
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Depósitos vinculados	6	-	-	13.355	12.969
Outros ativos não circulantes		25	24	24	24
		25	**24**	**13.379**	**12.993**
Investimentos	**7**	**420.557**	**212.460**	**-**	**-**
Imobilizado	**8**	**-**	**-**	**429.125**	**447.708**
Intangível		**-**	**-**	**6.725**	**7.026**
Direito de uso de arrendamentos	**11**	**-**	**-**	**9.882**	**11.188**
		420.582	**212.484**	**459.111**	**478.915**
TOTAL		**424.805**	**215.810**	**519.617**	**578.168**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGIAS EÓLICAS DO CEARÁ S.A.
CNPJ N° 09.265.531/0001-80| NIRE N° 42 3 0004186-6
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores		-	1	2.264	2.310
Financiamentos	10	-	-	-	23.762
Ressarcimentos às distribuidoras	13	-	-	17.212	13.084
Arrendamentos a pagar	11	-	-	1.114	1.251
Dividendos		1.069	253	1.069	253
Outros passivos circulantes		7	1	1.370	927
		1.076	**255**	**23.029**	**41.587**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Financiamentos	10	-	-	-	260.896
Ressarcimentos às distribuidoras	13	-	-	29.025	18.775
Arrendamentos a pagar	11	-	-	9.747	10.626
Provisão para desmobilização	8	-	-	34.087	30.729
		-	**-**	**72.859**	**321.026**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**12**				
Capital social		366.272	165.872	366.272	165.872
Reservas de lucros		57.457	49.683	57.457	49.683
		423.729	**215.555**	**423.729**	**215.555**
TOTAL		**424.805**	**215.810**	**519.617**	**578.168**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGIAS EÓLICAS DO CEARÁ S.A.
CNPJ N° 09.265.531/0001-80| NIRE N° 42 3 0004186-6
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**13**	**-**	**-**	**82.921**	**70.269**
Custos da energia vendida					
Depreciação e amortização	8	-	-	(20.970)	(20.965)
Serviços de terceiros		-	-	(13.534)	(11.421)
Encargos de uso da rede elétrica e de conexão		-	-	(3.307)	(3.079)
Energia elétrica comprada		-	-	(2.253)	(1.851)
Outros		-	-	(5.548)	(3.908)
		-	**-**	**(45.612)**	**(41.224)**
LUCRO BRUTO		**-**	**-**	**37.309**	**29.045**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(25)	(25)	(754)	(1.250)
Outras receitas operacionais		-	35	-	-
		(25)	**10**	**(754)**	**(1.250)**
Resultado de participações societárias	**7**				
Equivalência patrimonial		8.762	2.879	-	-
Amortização da mais valia		(233)	(233)	-	-
		8.529	**2.646**	**-**	**-**
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**8.504**	**2.656**	**36.555**	**27.795**
Resultado financeiro					
Renda de aplicações financeiras		122	32	1.890	1.058
Juros sobre depósitos vinculados		-	-	512	273
Juros e variação monetária sobre financiamentos	10	-	-	(22.587)	(20.855)
Juros sobre arrendamentos a pagar	11	-	-	(1.137)	(1.186)
Outras (despesas) receitas financeiras, líquidas		(6)	(33)	(3.226)	(1.807)
		116	**(1)**	**(24.548)**	**(22.517)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**8.620**	**2.655**	**12.007**	**5.278**
Imposto de renda e contribuição social	**14**				
Corrente		(30)	(4)	(3.417)	(2.627)
Diferido		-	13	-	13
		(30)	**9**	**(3.417)**	**(2.614)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**8.590**	**2.664**	**8.590**	**2.664**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	8.590	2.664	8.590	2.664
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**8.590**	**2.664**	**8.590**	**2.664**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGIAS EÓLICAS DO CEARÁ S.A.
CNPJ N° 09.265.531/0001-80 | NIRE N° 42 3 0004186-6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

			Reservas de Lucros			
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31.12.2019		**165.872**	**2.970**	**44.302**	**-**	**213.144**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	2.664	2.664
Destinação proposta à AGO						
-Reserva legal		-	133	-	(133)	-
-Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(253)	(253)
-Reserva de retenção de lucros		-	-	2.278	(2.278)	-
Saldos em 31.12.2020	**12**	**165.872**	**3.103**	**46.580**	**-**	**215.555**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	8.590	8.590
Aumento de capital		200.400	-	-	-	200.400
Destinação proposta à AGO						
-Reserva legal		-	430	-	(430)	-
-Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(816)	(816)
-Reserva de retenção de lucros		-	-	7.344	(7.344)	-
Saldos em 31.12.2021	**12**	**366.272**	**3.533**	**53.924**	**-**	**423.729**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGIAS EÓLICAS DO CEARÁ S.A.
CNPJ N° 09.265.531/0001-80| NIRE N° 42 3 0004186-6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos tributos	8.620	2.655	12.007	5.278
Conciliação do lucro:				
Resultado de participações societárias	(8.529)	(2.646)	-	-
Depreciação e amortização	-	-	20.970	20.965
Juros e variação monetária sobre financiamentos	-	-	22.587	20.855
Juros sobre depósitos vinculados	-	-	(512)	(273)
Juros sobre arrendamentos a pagar	-	-	1.137	1.186
Outros	1	(1)	3.173	1.497
Resultado antes dos tributos ajustado	**92**	**8**	**59.362**	**49.508**
Aumento (redução) nos ativos				
Contas a receber de clientes	-	-	8.196	667
Créditos fiscais a recuperar	(13)	-	(398)	1.457
Outros ativos	41	(44)	382	5.735
(Redução) nos passivos				
Fornecedores	(2)	-	(45)	(870)
Ressarcimentos às distribuidoras	-	-	14.378	16.026
Outros passivos	-	(3)	369	(455)
Caixa gerado (utilizado pelas) nas operações	**118**	**(39)**	**82.244**	**72.068**
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(11)	-	(2.927)	(3.024)
Pagamentos de juros sobre financiamento	-	-	(10.983)	(10.137)
Caixa líquido das atividades operacionais	**107**	**(39)**	**68.334**	**58.907**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos de controladas	-	2.901	-	-
Aumento de capital de controladas	(200.400)	-	-	-
Aplicação no imobilizado e no intangível	-	-	(1.548)	(570)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(200.400)**	**2.901**	**(1.548)**	**(570)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	200.400	-	200.400	-
Captação de financiamento, líquida de custo de captação	-	-	-	881
Pagamento de financiamento	-	-	(296.262)	(11.171)
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	-	-	126	276
Pagamento de arrendamento	-	-	(1.386)	(1.371)
Dividendos pagos	-	(1.132)	-	(1.132)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**200.400**	**(1.132)**	**(97.122)**	**(12.517)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**107**	**1.730**	**(30.336)**	**45.820**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa				
Saldo inicial	2.851	1.121	75.386	29.566
Saldo final	2.958	2.851	45.050	75.386
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**107**	**1.730**	**(30.336)**	**45.820**
Compensação de imposto de renda e contribuição social	(14)	(1)	(430)	(707)
Fornecedores de imobilizado	-	-	1	378

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Energias Eólicas do Ceará S.A. ("Companhia" ou "EEC") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC) e foi constituída em 13.12.2007, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a participação, como *holding*, no capital de outras sociedades, quer como acionista ou sócia, ou em consórcios.

As eólicas controladas pela EEC são partes dos consórcios Trairí e Faísa-Trairí. As Centrais Eólicas Cacimbas e Santa Mônica possuem participações de 8,89% no Consórcio Trairí e de 4,44% no Faísa Trairí. Já as Centrais Eólicas Ouro Verde e Estrela possuem participação de 13,97% no Consórcio Trairí e de 6,98% no Faísa-Trairí. Os ativos, os passivos, as receitas e as despesas desses consórcios são reconhecidos diretamente nas demonstrações contábeis da consorciada, com base nas respectivas participações nos consórcios.

O Consórcio Trairí construiu a subestação Trairí e as linhas de conexão das usinas à esta subestação. Já o Consórcio Faísa-Trairí foi o responsável pela construção das linhas de transmissão à subestação Pecém (CE).

A Companhia não tem empregados e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades das usinas.

Os anos de 2020 e 2021 foram marcados pelos efeitos da pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, que impactou, e continua impactando, a economia mundial. Em decorrência disto, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria. As restrições impostas pelo isolamento social trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores, na renda das famílias e nos investimentos no país. Na medida em que a situação da pandemia foi melhorando e, com isso, as restrições às atividades econômicas gradativamente reduzidas, houve evolução em diferentes regiões e segmentos de negócios. Em 2021 e 2020, a Companhia não apurou impactos significativos decorrentes da pandemia em suas demonstrações contábeis.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 25.04.2022.

Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as informações da Companhia e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

A consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pelas eliminações das transações realizadas entre as empresas consolidadas.

a) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; e (iv) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais. Assim, conforme Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

NOTA 3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Investimentos

Os investimentos em controladas são aqueles em que a Companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela.

Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas.

c) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros do financiamento, no período em que o imobilizado estava em construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

d) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – *Impairment*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

e) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

f) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há alteração nos pagamentos futuros motivada por atualizações monetárias ou alteração nas taxas de desconto. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

g) Imposto de renda e contribuição social

São segregados no balanço patrimonial e no resultado entre impostos correntes e diferidos.

g.1) Imposto de renda e contribuição social correntes

São calculados individualmente por entidade de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis e são apresentados de forma líquida no balanço patrimonial, quando os tributos correspondem às mesmas entidades tributárias e serão quitados pelo valor líquido.

g.2) Imposto de renda e contribuição social diferidos

São calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas para os exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias – diferenças entre o valor contábil dos ativos e dos passivos e sua base fiscal –, ou compensar os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social, quando aplicável. Esses tributos diferidos são integralmente apresentados no grupo "não circulante", de forma líquida, independente da expectativa de realização e da exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, seja no resultado, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

h) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização das usinas pertencentes às controladas da Companhia são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

i) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

j) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

k) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

l) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação das controladas da Companhia nos Consórcios Trairí e Faísa-Trairi (entidades sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações contábeis das consorciadas.

m) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas: (i) à vida útil do imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; (iii) à provisão para desmobilização da Usina; e (iv) à estimativa da taxa incremental de arrendamento.

n) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2021. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n°17 17			
Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos, CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	11.02.2021	01.01.2021	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 18 Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) - Arrendamentos - Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento – prorrogação.	11.06.2021	Vigência estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem.	Sem impactos relevantes

o) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2022, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)/ Status	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 19			
CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	01.10.2021	01.01.2022	Sem impactos relevantes
Pronunciamento Técnico CPC n° 50			
Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07.05.2021	01.01.2023	Não aplicável à Companhia

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e depósitos bancários à vista	54	48	3.625	4.171
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	2.904	2.803	41.425	71.215
	2.958	**2.851**	**45.050**	**75.386**

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2021 e 2020 foi de cerca de 99,0% e 98,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

.

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Distribuidoras	13.606	13.053
Transações realizadas na CCEE	549	9.061
ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda ("EBC")	81	150
	14.236	**22.264**

Os saldos a receber de distribuidoras são recebidos em parcelas iguais em 20, 30 e 45 dias do mês subsequente ao mês de suprimento, enquanto os valores faturados mensalmente à CCEE são recebidos em aproximadamente 45 dias. Não havia valores vencidos em 31.12.2021 e 31.12.2020.

NOTA 6 - DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31.12.2021, a Companhia mantinha R$ 13.355 (R$ 12.969 em 31.12.2020) relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das despesas de operação e manutenção, e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, respectivamente. Com o pagamento antecipado dos financiamentos e a emissão do termo de quitação pelo BNDES, os depósitos relacionados aos contratos serão sacados em 2022.

NOTA 7 - INVESTIMENTOS

a) Composição

	Controladora	
	31.12.2021	**31.12.2020**
Avaliação pelo método de equivalência patrimonial		
Equivalência patrimonial	415.141	206.811
Mais valia na aquisição de investimento	5.416	5.649
	420.557	**212.460**

b) Avaliação pelo método de equivalência patrimonial

b.1) Mutação dos investimentos

	Ouro Verde	Santa Mônica	Cacimbas	Estrela	Total
Saldos em 31.12.2019	**63.058**	**41.444**	**41.055**	**58.795**	**204.352**
Dividendos	-	(156)	(264)	-	(420)
Equivalência patrimonial	(1.454)	1.639	2.784	(90)	2.879
Saldos em 31.12.2020	**61.604**	**42.927**	**43.575**	**58.705**	**206.811**
Aumento de capital	67.200	32.900	33.800	66.500	200.400
Dividendos	(224)	(64)	(317)	(227)	(832)
Equivalência patrimonial	2.353	682	3.341	2.386	8.762
Saldos em 31.12.2021	**130.933**	**76.445**	**80.399**	**127.364**	**415.141**

b.2) Informações financeiras das controladas

Base 31.12.2021	Ouro Verde	Santa Mônica	Cacimbas	Estrela	% de participação
Ativo total	156.585	99.973	100.013	154.635	99,99
Passivo	25.652	23.528	19.614	27.271	99,99
Patrimônio Líquido	130.933	76.445	80.399	127.364	99,99
Lucro líquido do exercício	2.353	682	3.341	2.386	99,99

Mais valia na aquisição de investimentos

A mais valia paga nas aquisições das controladas decorreram do valor justo dos projetos básicos ambientais, da certificação de geração de energia, das medições de ventos, das licenças ambientais prévias e dos contratos de arrendamentos adquiridos na combinação de negócios.

Estes ativos estão sendo amortizados nos prazos de autorizações das usinas, visto que os benefícios econômicos decorrentes das aquisições desses investimentos ocorrerão ao longo do prazo de autorização.

c) Autorizações do Órgão Regulador

	Capacidade				
Denominação	Instalada (MW)	Comercial (MWm)	Resolução Autorizativa	Data da Autorização	Vencimento
Ouro Verde	29,7	13,2	5.023	23.01.2015	22.01.2045
Santa Mônica	18,9	10,0	5.022	26.01.2015	25.01.2045
Cacimbas	18,9	10,2	5.040	05.02.2015	04.02.2045
Estrela	29,7	14,0	5.041	05.02.2015	04.02.2045
	97,2	**47,4**			

NOTA 8 - IMOBILIZADO

a) Composição

		Consolidado			
			31.12.2021		31.12.2020
	Taxa média de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Terrenos	-	700	-	700	700
Edificações e benfeitorias	3,3%	17.733	(2.957)	14.776	15.366
Máquinas e equipamentos	3,7%	513.400	(100.912)	412.488	431.530
Outros	6,3%	19	(5)	14	11
		531.852	**(103.874)**	**427.978**	**447.607**
Em curso		**1.147**	**-**	**1.147**	**101**
		532.999	**(103.874)**	**429.125**	**447.708**

b) Mutação do ativo imobilizado

	Consolidado					
	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Outros	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2019	**700**	**450.914**	**15.956**	**12**	**40**	**467.622**
Ingressos	-	-	-	-	192	192
Baixas	-	(2)	-	-	-	(2)
Transferências	-	131	-	-	(131)	-
Depreciação	-	(19.513)	(590)	(1)	-	(20.104)
Saldos em 31.12.2020	**700**	**431.530**	**15.366**	**11**	**101**	**447.708**
Ingressos	-	-	-	-	1.584	1.584
Baixas	-	(38)	-	-	-	(38)
Transferências	-	534	-	4	(538)	-
Depreciação	-	(19.538)	(590)	(1)	-	(20.129)
Saldos em 31.12.2021	**700**	**412.488**	**14.776**	**14**	**1.147**	**429.125**

b.1) Ingressos – Provisão para desmobilização

A Companhia mantém reconhecido em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seus parques eólicos, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos relacionados a esses parques e de restauração do local ao final dos prazos de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,59%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante em 31.12.2021 era de R$ 34.087 (R$ 30.729 em 31.12.2020).

NOTA 9 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações de venda de energia, a Companhia minimiza o seu risco de crédito por meio da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2021, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

b) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

c) Categoria dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	**31.12.2020**	**31.12.2021**	**31.12.2020**
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	2.904	2.803	41.425	71.215
Custo amortizado				
Caixa e depósitos bancários à vista	54	48	3.625	4.171
Contas a receber de clientes	-	-	14.236	22.264
Depósitos vinculados	-	-	13.355	12.969
	2.958	**2.851**	**72.641**	**110.619**
Passivos financeiros				
Custo amortizado				
Fornecedores	-	1	2.264	2.310
Ressarcimentos às distribuidoras	-	-	46.237	31.859
Financiamentos	-	-	-	284.658
	-	**1**	**48.501**	**318.827**

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 10 - FINANCIAMENTOS

Em julho de 2021, a controladas da Companhia realizaram o pagamento antecipado dos financiamentos com o BNDES, no valor total de R$ 282.959, deste montante, R$ 278.000 referia-se a principal e R$ 4.959 a juros e comissões. O vencimento original era maio de 2033.

a) Mutação dos financiamentos

	Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	**22.073**	**262.157**	**284.230**
Ingresso	57	824	881
Juros e variação monetária	20.855	-	20.855
Transferências	2.085	(2.085)	-
Amortização de principal	(11.171)	-	(11.171)
Amortização de juros	(10.137)	-	(10.137)
Saldos em 31.12.2020	**23.762**	**260.896**	**284.658**
Ingresso	-	-	-
Juros e variação monetária	22.587	-	22.587
Transferências	260.896	(260.896)	-
Amortização de principal	(296.262)	-	(296.262)
Amortização de juros	(10.983)	-	(10.983)
Saldos em 31.12.2021	**-**	**-**	**-**

NOTA 11 - OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

As controladas da Companhia possuem contratos de arrendamento dos terrenos nos quais estão instalados os parques eólicos de suas controladas. A vigência dos contratos é até 2047.

a) Direito de uso de arrendamentos

A mutação do direito de uso está apresentada a seguir:

	Consolidado
Saldo em 31.12.2019	**11.746**
Depreciação	(558)
Saldo em 31.12.2020	**11.188**
Remensuração	(767)
Depreciação	(539)
Saldo em 31.12.2021	**9.882**

b) Arrendamentos a pagar

	Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	**1.244**	**10.818**	**12.062**
Juros	1.186	-	1.186
Transferência	192	(192)	-
Amortizações	(1.371)	-	(1.371)
Saldos em 31.12.2020	**1.251**	**10.626**	**11.877**
Remensuração	(91)	(676)	(767)
Juros	1.137	-	1.137
Transferência	203	(203)	-
Amortizações	(1.386)	-	(1.386)
Saldos em 31.12.2021	**1.114**	**9.747**	**10.861**

Os arrendamentos a pagar foram mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros. A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente foi de 10,36% e representa a taxa incremental de financiamento.

c) Vencimentos dos arrendamentos a pagar apresentados no passivo não circulante

Consolidado	Saldo passivo arrendamento
2023	1.106
2024	1.002
2025	908
2026	823
2027	746
2028 a 2032	2.738
2033 a 2037	1.407
2038 a 2047	1.017
	9.747

NOTA 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Durante o ano de 2021, o capital social da Companhia aumentou em R$ 200.400, passando de R$ 165.872 em 31.12.2020 para R$ 366.272 em 31.12.2021, representado por 366.271.804 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 366.271.803 pertencem à controladora ECP e 1 pertence à controladora indireta ENGIE Brasil Energia.

b) Reservas de lucros e dividendos mínimos obrigatórios

A Companhia constituiu reserva legal correspondente a 5% do lucro líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios correspondem a 10% do lucro líquido ajustado.

NOTA 13 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Suprimento e fornecimento de energia elétrica	82.740	70.703
ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda ("EBC")	1.144	1.695
Transações no mercado de curto prazo	2.178	497
	86.062	**72.895**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(3.141)	(2.667)
OUTRAS RECEITAS		
Outras	-	41
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**82.921**	**70.269**

Em 2021, as receitas auferidas às distribuidoras foram reduzidas pelo reconhecimento de R$ 13.853 (R$ 22.110 em 31.12.2020), relativos ao mecanismo de ressarcimento previsto nos contratos de energia elétrica firmados no ACR, líquidos de PIS e Cofins. Tal reconhecimento foi feito em contrapartida da rubrica "Ressarcimentos às distribuidoras", a qual, em 31.12.2021, apresentava saldo de R$ 17.212 (R$ 13.084 em 31.12.2020) no passivo circulante e R$ 29.025 (R$ 18.775 em 31.12.2020) no passivo não circulante.

NOTA 14 - CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	Consolidado			
	2021		2020	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Receita operacional bruta	**86.062**	**86.062**	**72.895**	**72.895**
% de presunção do lucro	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido sobre receita operacional	**6.885**	**10.327**	**5.832**	**8.747**
Receita financeira	2.602	2.602	1.408	1.408
Outros	-	-	41	41
Base de cálculo	**9.487**	**12.929**	**7.281**	**10.196**
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	**(2.372)**	**(1.164)**	**(1.820)**	**(918)**
Outros	-	(1)	-	-
Diferença de cálculo na controladora e controlada tributada pelo lucro real	-	-	-	4
Adicional de 10% sobre lucro até R$ 20 mensais	120	-	120	-
Imposto de renda e contribuição social – resultado	**(2.252)**	**(1.165)**	**(1.700)**	**(914)**

NOTA 15 - COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Contrato de venda de energia elétrica

Em agosto de 2015, o Conjunto Eólico Trairi comercializou 46,0 MW no Leilão de Energia Nova promovido pela Aneel, ao preço médio de venda de R$ 188,45/MWh, pelo prazo de 20 anos. O início do suprimento da energia negociada no leilão ocorreu em 01.01.2019, após postergação de 1 ano solicitada pela Aneel através do Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD A-0) e de negociações bilaterais entre geradores e distribuidoras. O compromisso futuro, na data base 31.12.2021, é de R$ 1.556.797 (R$ 1.578.335 em 31.12.2020).

b) Contrato de Operação e Manutenção (O&M)

As controladas da Companhia mantêm contrato de operação e manutenção, vigente até 2027. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2021, era de R$ 57.662 (R$ 62.332 em 31.12.2020).

c) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

As controladas da EEC mantêm contratos de uso do sistema de transmissão com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com vigência até a data de extinção da autorização da unidade geradora da Companhia ou a extinção da transmissora, o que ocorrer primeiro. Em 31.12.2021, o valor das obrigações futuras provenientes destes contratos totalizava R$ 76.164 (R$ 70.030 em 31.12.2020).

NOTA 16 - SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – Property Damage and Business Interruption (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia. O Conjunto Eólico Trairi participa da referida apólice, sendo cobertos danos materiais incorridos à usina, incluindo a linha de transmissão, e lucros cessantes, no valor de R$ 1.185.064 e R$ 201.681, respectivamente. A vigência do seguro vai até 31.05.2022.

NOTA 17 - TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

a) Prestação de serviços administrativos e financeiros

A Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia, vigente a partir do início de suas operações, com duração de quatro anos, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do INPC.

NOTA 18 - EVENTOS SUBSEQUENTES

No 1° trimestre de 2022, após a emissão da quitação do financiamento por parte do BNDES, houve a liberação dos recursos mantidos na rubrica de "Depósitos vinculados" em favor da Companhia.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021, da ENERGIAS EÓLICAS DO CEARÁ S.A.).

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Presidente

Paulo Roberto Keller de Negreiros
Diretor Administrativo e Financeiro

Sergio Roberto Maes
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Gabriela Kowalski Oliveira de Mattos
Contadora - CRC SC 034594/O-0